

AGROSETA S.A. CNPJ Nº 94.474.061/0001-34 • NIRE 43300032132

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração submete à apreciação o presente relatório, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas notas explicativas, acompanhadas do relatório do Auditor Independente. Desempenho econômico-financeiro: A empresa está voltada à aplicação e otimização de seus recursos financeiros. Agradecimento: Aos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores e Comunidade, queremos registrar os nossos agradecimentos pela confiança e apoio que temos recebido. Aos nossos colaboradores, especial agradecimento pelo empenho e perseverança na superação de obstáculos, assim como pela dedicação aos interesses da companhia. Estância Velha/RS, 17 de março de 2025. Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO. Balança Patrimonial em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em reais). Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais). Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais).

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais). Reservas de lucros. Lucros acumulados. Patrimônio líquido. Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais).

1. Informações sobre a Companhia: A Agroseta S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida 1º de maio, nº 1111, no Bairro das Rosas, em Estância Velha - RS, fundada em 13 de fevereiro de 1992, tem como atividade preponderante a exploração da agropecuária em todas as suas modalidades, em especial a acicultura e a comercialização dos seus produtos. Impacto das enchentes no Estado do Rio Grande do Sul - Na última semana de abril e na primeira quinzena de maio de 2024, eventos climáticos adversos, especificamente chuvas intensas e alagamentos, atingiram o Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia, não sofreu prejuízos materiais ou financeiros relevantes, suas instalações não foram afetadas de forma substancial e não houve interrupção nas atividades administrativas ou financeiras. Portanto, não há necessidade de ajustes ou provisões nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. 2. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. Não houve mudanças significativas nas políticas contábeis da Companhia em relação às políticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo anterior. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, análise do valor recuperável líquido dos estoques, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e garantias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 17 de março de 2025. 3. Políticas contábeis materiais: a) Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira - As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado. b) Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez diária e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". c) Clientes - Apresenta os valores a receber de clientes no decorrer normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são analisadas e constituídas a partir do valor faturado ao cliente, com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. d) Imobilizado - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Um item de imobilizado é

baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens. Terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são reavaliados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. e) Obrigações tributárias - Imposto de renda e contribuição social - correntes: O imposto de renda do exercício é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000,00 mil no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo. Impostos diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda base negativa da contribuição social, e para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, e créditos e perdas tributários não reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo o parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma Companhia tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. f) Provisões - As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. g) Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes - São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). h) Novas normas de contabilidade - Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. 4. Julgamentos, estimativas e premissas significativas: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas - As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir: Provisão para créditos de liquidação duvidosa: É constituída em montante conside-

rado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre valores a receber. Provisões para litígios: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Imposto de renda, contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto diferido passivo sobre as diferenças temporárias foi calculado com base nas diferenças temporárias. 5. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa 2024 2023 5.681 3.127 Aplicações financeiras 22.017.777 - Total 22.023.457 3.127 Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de curto prazo, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um significativo risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha, cujos rendimentos são atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com rendimento de aproximadamente 100% do CDI 6. Impostos a recuperar: 2024 2023 413.804 535.844 Total 413.804 535.844 Referem-se a antecipações durante o exercício e são compensados com débitos próprios e/ou outros débitos administrados pela SRF. 7. Partes relacionadas: 2024 2023 Ativo Ltda Mita Ltda 21.694.307 34.941.954 Seta S/A - 12.159.440 21.694.307 47.101.394 Passivo Seta S/A - Extrativa Tanino de Acácia 1.212.827 Transações não operacionais - As operações de mútuo com partes relacionadas estão suportadas por contratos entre as partes; sobre estas há incidência de imposto sobre Operações Financeiras - IOF, cujo recolhimento ocorre de forma mensal, e a duração do presente contrato é por tempo indeterminado. 8. Imobilizado: Composição 2024 2023 Valor Contábil Valor Contábil Custo líquido Custo líquido Terrenos 230.002 230.002 230.002 230.002 Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e desta forma nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras. 9. Obrigações tributárias: Obrigações tributárias 2024 2023 Contribuição social 19.613 18.036 PIS/COFINS 16.182 14.206 IRRF 2.432 IOF 32.735 59.851 INSS 809 751 Total 71.771 92.844 10. Provisão para litígios e depósitos judiciais: Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administração da Companhia mantém provisão para riscos contenciosos, de naturezas trabalhistas e cíveis, decorrentes das atividades normais de seus negócios, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis, conforme

movimentação demonstrada a seguir: Provisão para contingências 2023 Movimento 2024 Trabalhistas 124.062 - 124.062 Cíveis 711.314 140.670 851.984 835.376 140.670 976.046 A Companhia é parte em outras discussões, para as quais as probabilidades de perdas foram consideradas "remotas" e, portanto, não foram constituídas provisões para perdas. Os processos cíveis avaliados como perda possível totalizam R\$ 3.009.875 e referem-se a sucumbência de um processo de 1995 referente negociação de compra/venda de terras. A Companhia efetuou depósitos judiciais, exigidos para dar seguimento nos processos, como segue: Depósitos judiciais 2024 2023 Trabalhistas 124.062 124.062 Tributários 204 2.052 124.062 126.114 11. Patrimônio líquido: a) Capital social - O Capital Social de R\$43.434.946 está dividido em 75.897.660 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencente a acionistas domiciliados no país. b) Reserva de lucros - A reserva de lucros é composta por: Reserva legal: constituída com a destinação de até 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social realizado, conforme art. 193 da Lei 6.404/76. c) Dividendos - O estatuto social da Companhia prevê o cálculo do dividendo mínimo obrigatório com base em 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. A apuração dos dividendos está demonstrada a seguir: 2024 2023 Lucro líquido do exercício 2.207.443 7.735.016 Reserva legal (110.372) (386.751) Base de cálculo para dividendos 2.097.071 7.348.265 Dividendos mínimos (25%) 524.268 1.837.066 Dividendo por ação 0,006 0,024 12. Resultado financeiro: 2024 2023 Despesas financeiras Juros passivos (127.956) - Outras despesas financeiras (67.531) (8.842) Total (195.487) (8.842) Receitas financeiras Rendimento de aplicação financeira 1.772.509 929.605 Juros ativos 2.083.464 4.312.718 Outras receitas financeiras 49.248 9.472 Total 3.905.221 5.251.795 Resultado financeiro líquido 3.709.734 5.242.953 13. Outros resultados operacionais Outros resultados operacionais 2024 2023 Alienação de bem do ativo imobilizado 25.000 - Outras receitas operacionais - 3.800 Total 25.000 3.800 14. Imposto de renda e contribuição social: a) Imposto de renda e contribuição social diferido 2024 2023 Ativos fiscais diferidos Provisão contingências 331.855 275.218 Prejuízo fiscal e base negativa 3.709.556 4.062.664 Total 34.041.411 4.337.882 b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue: 2024 2023 Lucro contábil antes dos impostos 3.279.730 4.788.755 Alíquota fiscal 34% 34% Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominais (1.115.108) (1.628.177) Efeito dos impostos sobre: Despesas não dedutíveis - (4.600) Compensação com prejuízo fiscal - 553.580 IR/CSLL diferido constituído no exercício sobre prejuízo fiscal e base negativa de exercícios anteriores - 4.053.854 Outros efeitos 42.821 (28.396) Imposto de renda e contribuição social no resultado (1.072.287) 2.946.261 Alíquota efetiva % (33%) 62% Corrente (775.817) (1.116.403) Diferido (296.470) 4.062.664

Diretoria: Roberto Luz, Diretor Presidente; Carmen Adriane Schmitz Weiss, Diretora; Lurdes Teresinha Rambo Santarini, Diretora; Viviana A. M. Schröder, Contadora CRC/RS 84.450.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Agroseta S.A. Estância Velha - RS Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Agroseta S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacio-

nais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a

eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 17 de março de 2025. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/F Raquel Laguna Zambelli Cerqueira Contadora CRC RS-0692870-5

